

À  
Arcoverde Transmissão de Energia S.A.  
Rua Avenida Dr. Cardoso de Melo, nº 1.308 - 8º andar  
São Paulo, SP - Brasil

Prezados Senhores,

Conforme solicitado por V.Sa. Informamos que estamos em processo de conclusão de nossos procedimentos de auditoria das demonstrações financeiras da Arcoverde Transmissão de Energia S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas internacionais de auditoria.

A referida solicitação está em conexão com a cláusula 8.1 itens “i” e “xxiv subitem c”, do “Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, da Arcoverde Transmissão de Energia S.A, datado de 01/11/2018, tendo como Agente Fiduciário PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. As informações contábeis da Arcoverde Transmissão de Energia S.A, acima referidas, sobre as quais os nossos trabalhos de auditoria estão sendo executados, apresentam os seguintes saldos em 31 de dezembro de 2018:

	(em milhares R\$)
Total do ativo	205.649
Total do passivo	140.860
Patrimônio líquido	64.789
Resultado do exercício	(210)

Nos saldos acima apresentados, os valores representados pelo ativo financeiro/contratual e respectivos impactos dos impostos diferidos, está registrado com base no IFRIC 12 (norma contábil anterior), portanto essas informações financeiras não refletem o impacto contábil, se algum, por conta dos efeitos da mudança da norma contábil pela aplicação do IFRS 15.

Abaixo listamos os documentos e procedimentos de auditoria em andamento até a presente data:

- Avaliação e revisão do cálculo do ativo financeiro/contratual e respectivos impactos dos impostos diferidos, preparado pela Companhia, bem como os respectivos efeitos contábeis em decorrência da adoção da nova prática contábil (IFRS 15)
- Revisão das demonstrações financeiras e as respectivas notas explicativas, considerando também o impacto dos efeitos da mudança da norma contábil pela aplicação do IFRS 15
- Recebimento de respostas dos advogados externos, em relação ao andamento dos processos jurídicos envolvendo a Companhia
- Obtenção da Carta de representação da Administração
- Teste/suporte sobre o saldo do resultado (voucher)
- Suporte para o saldo de Adiantamento a Fornecedores e conta a pagar

Com base em nossos trabalhos efetuados até a presente data e levando em consideração os documentos não obtidos e os procedimentos de auditoria não executados, listados acima, não temos conhecimento de quaisquer outros ajustes com impacto significativo no balanço patrimonial e/ou resultado do exercício que, em nosso julgamento, teria um efeito material sobre as informações financeiras da Arcoverde Transmissão de Energia S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Permanecemos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

São Paulo, 29 de março de 2019.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6



Marcos Antonio Quintanilha  
Contador CRC-1SP132776/O-0

# **Demonstrações Financeiras**

## **Arcoverde Transmissão de Energia S.A.**

31 de dezembro de 2018

# **Arcoverde Transmissão de Energia S.A.**

## **Demonstrações financeiras**

31 de dezembro de 2018

### **Índice**

#### **Demonstrações financeiras**

Balanço patrimonial .....	6
Demonstração dos resultados.....	7
Demonstração dos resultados abrangentes.....	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstração dos fluxos de caixa .....	10
Demonstração do valor adicionado .....	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras .....	12



**Arcoverde Transmissão de Energia S.A.**

Balanço patrimonial  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Expressos em reais)

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Ativo</b>			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	<b>6</b>	15.423.990	1.607.766
Despesas antecipadas	<b>7</b>	231.352	115.510
Impostos a recuperar		4.846	77.499
Adiantamentos a fornecedores e empregados	<b>8</b>	13.433.990	6.765.959
		<b>29.094.178</b>	<b>8.566.734</b>
Não circulante			
Despesas antecipadas	<b>7</b>	243.888	329.452
Adiantamento a fornecedores	<b>8</b>	5.483.654	-
Creditos a receber (ativo financeiro amortizável)	<b>9</b>	170.644.630	4.617.928
Depósitos judiciais e cauções		39.000	-
Imobilizado		79.924	-
Intangível		64.530	-
		<b>176.555.626</b>	<b>4.947.380</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>205.649.804</b>	<b>13.514.114</b>
<b>Passivo</b>			
Circulante			
Fornecedores	<b>10</b>	49.854.457	322.118
Empréstimos e financiamentos	<b>11</b>	68.899.700	12.335.999
Tributos e contribuições sociais		1.506.542	109.990
Salários e encargos sociais		2.674.010	309.732
		<b>122.934.709</b>	<b>13.077.839</b>
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	<b>11</b>	-	-
Tributos diferidos	<b>12</b>	17.925.438	429.225
		<b>17.925.438</b>	<b>429.225</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	<b>13a</b>	65.000.000	100
Prejuízos acumulados	<b>13b</b>	(210.343)	6.950
		<b>64.789.657</b>	<b>7.050</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>205.649.804</b>	<b>13.514.114</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Demonstração dos resultados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e período de 7 meses e 6 dias findo em 31 de dezembro de 2017  
(Expressas em reais)

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita operacional líquida	<b>14</b>	150.667.719	4.192.283
Custo da operação	<b>15</b>	<u>(144.342.416)</u>	<u>(4.160.923)</u>
<b>Lucro bruto</b>		<b><u>6.325.303</u></b>	<b><u>31.360</u></b>
Despesas			
Gerais e administrativas	<b>16</b>	<u>(2.028.264)</u>	<u>(20.830)</u>
<b>Resultado antes do resultado financeiro</b>		<b><u>4.297.039</u></b>	<b><u>10.530</u></b>
Resultado financeiro	<b>17</b>	<u>(2.370.420)</u>	-
Receitas financeiras		200.735	-
Despesas financeiras		<u>(2.571.155)</u>	-
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b><u>1.926.619</u></b>	<b><u>10.530</u></b>
Imposto de renda e contribuição social			
Diferido	<b>18</b>	<u>(2.137.229)</u>	<u>(3.580)</u>
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b><u>(210.610)</u></b>	<b><u>6.950</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Arcoverde Transmissão de Energia S.A.**

Demonstração dos resultados abrangentes

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e período de 7 meses e 6 dias findo em 31 de dezembro de 2017  
(Expressas em reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Prejuízo do exercício	<b>(210.610)</b>	<b>6.950</b>
Outros resultados abrangentes líquidos a serem reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes	-	-
Outros resultados abrangentes líquidos não reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes	-	-
<b>Total de resultados abrangentes</b>	<b><u>(210.610)</u></b>	<b><u>6.950</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e período de 7 meses e 6 dias findo em 31 de dezembro de 2017  
(Expressas em reais)

	Capital social subscrito	(-) Capital a integralizar	Reserva legal	Reserva de retenção de lucro	Lucro (prejuízos) acumulados	Total
Constituição da Sociedade em 26 de maio de 2017	1.000	(900)	-	-	-	100
Lucro líquido do período	-	-	-	-	6.950	6.950
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal	-	-	200	-	(200)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	6.750	(6.750)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>1.000</b>	<b>(900)</b>	<b>200</b>	<b>6.750</b>	<b>-</b>	<b>7.050</b>
Integralização de capital	-	900	-	-	-	900
Aumento de capital conforme AGE de 31 de julho de 2018	8.500.000	-	-	(6.683)	-	8.493.317
Aumento de capital conforme AGE de 31 de outubro de 2018	40.960.000	-	-	-	-	40.960.000
Aumento de capital conforme AGE de 13 de novembro de 2018	15.539.000	-	-	-	-	15.539.000
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(210.610)	(210.610)
Absorção das reserva por prejuízo	-	-	(200)	(67)	267	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>65.000.000</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(210.343)</b>	<b>64.789.657</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Arcoverde Transmissão de Energia S.A.**

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e período de 7 meses e 6 dias findo em 31 de dezembro de 2017  
(Expressas em reais)

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
<b>Lucro /(prejuízo) do exercício antes dos impostos</b>	<b>(210.610)</b>	<b>6.950</b>
Itens de resultado que não afetam o caixa		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.137.229	3.580
PIS e COFINS diferidos	15.358.983	425.645
Juros sobre empréstimos e financiamentos	1.671.504	19.705
Amortização de despesas antecipadas	85.564	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Ativo financeiro amortizável	(166.026.702)	(4.617.928)
Ativo contratual amortizável	-	-
Depósitos judiciais e cauções	(39.000)	-
Impostos a recuperar	72.653	-
Despesas pagas antecipadamente	(115.842)	(444.962)
Adiantamentos a fornecedores e empregados	(12.151.685)	(6.765.959)
Outros		(77.499)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	49.532.339	564.110
Juros pagos	(504.533)	-
Tributos e contribuições sociais	1.396.552	177.730
Salários e encargos sociais	2.364.278	-
Outros passivos	-	-
<b>Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais</b>	<b>(106.429.270)</b>	<b>(10.708.628)</b>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(79.924)	-
Aquisição de ativo intangível	(64.530)	-
<b>Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(144.454)</b>	<b>-</b>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	64.993.218	100
Empréstimo captados	83.418.144	12.316.294
Empréstimo pagos	(28.021.414)	-
<b>Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento</b>	<b>120.389.948</b>	<b>12.316.394</b>
<b>Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>13.816.224</b>	<b>1.607.766</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>1.607.766</b>	<b>-</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>	<b>15.423.990</b>	<b>1.607.766</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Arcoverde Transmissao de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e período de 7 meses e 6 dias findo em 31 de dezembro de 2017  
(Em reais)

### **1. Informações gerais**

A Arcoverde Transmissão de Energia S.A. (“Companhia” ou “Arcoverde”), foi constituída em 26 de maio de 2017 e é uma sociedade anônima de capital fechado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

A Companhia tem a sua sede na Avenida Dr. Cardoso de Melo, nº 1.308 - 8º andar, na Cidade do São Paulo, Estado de São Paulo e é controlada pela Sterlite Brazil Participações S.A. (“Controladora” ou “Grupo Sterlite”), que é subsidiária da Sterlite Power Grid Ventures Limited (“SPGVL”), localizada em Nova Deli, na República da Índia.

#### **1.1. Da concessão**

Em 24 de abril de 2017, o Grupo Sterlite sagrou-se vencedora do Leilão ANEEL nº 005/2016 com receita anual permitida (RAP) no valor de R\$24.600.000 e deságio de 25,87% frente à RAP máxima apresentada pela ANEEL, de R\$33.185.580. O contrato de concessão foi assinado em 11 de agosto de 2017. A Companhia deverá entrar em operação em até 11 de agosto de 2021.

O projeto da Companhia consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado de Pernambuco:

- (i) Linha de transmissão em corrente alternada em 230kV, entre as subestações de Caetés II e Arcoverde II, em circuito simples, com extensão aproximada de 50 km;
- (ii) Linha de transmissão em corrente alternada em 230kV, entre as subestações de Garanhuns II e Arcoverde II, em circuito simples, com extensão aproximada de 89 km;
- (iii) Subestação Arcoverde II, no Estado de Pernambuco, com pátio de 230 kV para receber a estação conversora e seus equipamentos e pátio em 230/69 - 13,8 kV, conectados por um banco de dois transformadores monofásicos de 100 MVA;
- (iv) Novo pátio de 69kV na Subestação Garanhuns II, no Estado do Ceará, para receber a estação conversora e seus equipamentos e pátio em 230/69 - 13,8 kV, conectados por um banco de dois transformadores monofásicos de 100 MVA; e
- (v) Conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalação vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

### **2. Apresentação das demonstrações financeiras**

#### **2.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

#### Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram autorizadas pela Administração em 29 de março de 2018.

## **Arcoverde Transmissao de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e período de 7 meses e 6 dias findo em 31 de dezembro de 2017  
(Em reais)

### **2.2. Base de elaboração**

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

No exercício de 2015 a ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico 2015, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais, resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual foram de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015.

### **2.3. Estimativas e premissas**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais de concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

### **2.4. Conversão de saldos em moeda estrangeira**

A moeda funcional da Sociedade é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

### **2.5. Classificação circulante e não circulante**

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

### **2.6. Demonstrações Contábeis Regulatórias**

Em consonância com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico ("MCSE"), a Companhia está obrigada a divulgar as Demonstrações Contábeis Regulatórias ("DCR") que apresenta o conjunto completo de demonstrações financeiras para fins regulatórios e será apresentada de forma independente das presentes demonstrações financeiras societárias. As DCRs serão auditadas pela mesma empresa que auditar as demonstrações financeiras para fins societários, e, conforme determinado no MCSE e Despacho nº 4.356, de 22 de dezembro de 2017, emitidos pela ANEEL, deverão ser disponibilizados no sítio eletrônico daquela Agência e da Companhia até 30 de abril de 2019.

## **Arcoverde Transmissao de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e período de 7 meses e 6 dias findo em 31 de dezembro de 2017  
(Em reais)

### **3. Sumário das principais práticas contábeis**

#### **3.1. Caixa e equivalentes de caixa**

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

#### **3.2 Ativo financeiro amortizável**

De acordo com o ICPC 01 (R1) Contratos de concessão, as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão na utilização do modelo de ativo financeiro, classificado como “recebíveis” e registrado ao valor justo.

Os ativos financeiros amortizáveis incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de desenvolvimento de infraestrutura, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção.

Na aplicação do ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, que define as regras de mensuração e contabilização do ativo financeiro é necessário que os CPC 17 - Contratos de Construções, CPC 30 - Reconhecimento das receitas e CPC 38 - Instrumentos financeiros - reconhecimento e mensuração sejam aplicados em conjunto.

#### **3.3 Ativo imobilizado**

É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada.

#### **3.4 Ativo intangível**

É avaliado com vida útil definida, mensurado ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

#### **3.5 Provisão para redução ao valor recuperável (“*impairment*”)**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

## **Arcoverde Transmissao de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e período de 7 meses e 6 dias findo em 31 de dezembro de 2017  
(Em reais)

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

### **3.6 Imposto de renda e contribuição social**

#### Correntes

O imposto de renda é apurado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$240.000 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência. Portanto, a adição ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis, ou exclusão de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

#### Diferidos

Impostos diferidos são gerados por diferenças tributáveis temporárias, entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

### **3.7 Provisões para contingências**

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### **3.8 Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

### **3.9 Outros ativos e passivos**

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

## **Arcoverde Transmissão de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e período de 7 meses e 6 dias findo em 31 de dezembro de 2017  
(Em reais)

### **3.10 Apuração do resultado**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

### **3.11 Receita operacional**

As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

### **3.12 Instrumentos financeiros**

A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

#### **a) Ativos financeiros**

Classificação e mensuração - Com a adoção do CPC 48 os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A partir de 1º de janeiro de 2018 a Companhia passou a apresentar os instrumentos financeiros da seguinte forma:

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

## **Arcoverde Transmissão de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e período de 7 meses e 6 dias findo em 31 de dezembro de 2017  
(Em reais)

- **Custo amortizado** - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(i) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)** - O CPC 48 substituiu o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

(ii) **Baixa de ativos financeiros** - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

### **b) Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

### **3.13 Fluxo de caixa**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

### **3.14 Transações com partes relacionadas**

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

## **4 Principais mudanças nas práticas contábeis**

### **4.1. Pronunciamento técnico CPC 47 – Receita de Contratos com clientes**

A Companhia adotou o CPC 47 usando método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data de 1º de janeiro de 2018. Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos desse CPC ao exercício comparativo apresentado. A norma determina ainda que a Companhia só pode contabilizar os efeitos de contrato com um cliente quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos.



## **Arcoverde Transmissao de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e período de 7 meses e 6 dias findo em 31 de dezembro de 2017  
(Em reais)

A Companhia avaliou suas operações à luz das novas normas contábeis, e conforme descrito no item 3.2 concluiu que a atividade de implementação da infraestrutura não é afetada pelo novo CPC, uma vez que o direito à contraprestação por bens e serviços está condicionada ao cumprimento de outra obrigação de desempenho.

### **5 Normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes**

Pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados pelo CPC, que passarão a vigorar a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019:

CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil - O CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 – Leases, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1), equivalente à norma internacional IAS 17). O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso. Não há alteração substancial na contabilização dos arrendadores com base no CPC 06 (R2) em relação à contabilização atual de acordo com o CPC 06 (R1). Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação do CPC 06 (R1), distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros. O CPC 06 (R2), que vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas no CPC 06 (R1).

A Companhia planeja adotar o CPC 06 (R2) utilizando a abordagem modificada da retrospectiva e optará por adotar a norma para contratos que foram anteriormente identificados como arrendamentos que utilizam o CPC 06 (R1) e o ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Portanto, a Companhia não aplicará a norma a contratos que não tenham sido previamente identificados como contratos que contenham um arrendamento nos termos do CPC 06 (R1) e o ICPC 03 e optará por utilizar as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial, e contratos de arrendamento cujo ativo objeto seja de baixo valor.

A Companhia possui baixo volume com contratos de arrendamentos, cujos valores não são representativos. Não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras com a adoção do CPC 06 (R2).

Melhorias anuais - Ciclo 2015-2017 - CPC 32 - Tributos sobre o lucro - As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda sobre dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações ou eventos passados que geraram lucros distribuíveis do que às distribuições aos titulares. Portanto, a entidade reconhece as consequências do imposto de renda sobre dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido conforme o lugar em que a entidade originalmente reconheceu estas transações ou eventos passados. Embora o CPC tenha sido atualizado pela revisão nº 13, pela legislação tributária brasileira essa melhoria não é aplicável à Companhia.

## Arcoverde Transmissao de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e período de 7 meses e 6 dias findo em 31 de dezembro de 2017  
(Em reais)

Interpretação IFRIC 23 - Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda - A Interpretação (ainda sem correspondência equivalente emitida pelo CPC no Brasil, mas que será emitida como ICPC 22) trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte: (i) se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente; (ii) as suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais; (iii) como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto; e (iv) como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, mas são disponibilizadas determinadas isenções de transição. A Companhia adotará a interpretação a partir da data em que entrar em vigor.

### 6 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa e depósitos bancários	-	1.607.766
Aplicações financeiras	15.423.990	-
	<u>15.423.990</u>	<u>1.607.766</u>

As aplicações financeiras, classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, são do tipo CDB, remuneradas pelo CDI.

### 7 Despesas antecipadas

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Prêmio de seguros pagos antecipadamente	475.240	427.776
Outros	-	17.186
	<u>475.240</u>	<u>444.962</u>
Corrente	231.352	115.510
Não corrente	243.888	329.452

Saldo refere-se ao seguro de garantia contratado principalmente junto às seguradoras Travellers e AXA, amortizado de acordo com as vigências das apólices, e vencimentos em 06 de abril de 2019 e 08 de maio de 2022, respectivamente.

### 8 Adiantamentos a fornecedores e funcionários

Refere-se principalmente aos recursos liberados aos fornecedores relacionados à obra e subcontratados, de acordo com as condições contratuais de pagamento acordadas, sendo classificados como circulante o montante de R\$ 13.433.990 em 31 de dezembro de 2018 (R\$6.765.959 em 31 de dezembro de 2017) e R\$ 5.483.654 como não circulante em 31 de dezembro de 2018 (NIHIL em 31 de dezembro de 2017).

## Arcoverde Transmissao de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e período de 7 meses e 6 dias findo em 31 de dezembro de 2017  
(Em reais)

Esses adiantamentos serão baixados no momento das entregas das mercadorias ou de acordo com as faturas subsequentes levantadas pelo fornecedor. Esses adiantamentos são assegurados pelas garantias recebidas pelos respectivos fornecedores.

### 9 Ativo de concessão (financeiro)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldo inicial	4.617.928	-
Adições	166.026.702	4.617.928
Saldo final	<u>170.644.630</u>	<u>4.617.928</u>

A Companhia reconheceu um recebível de concessão de serviço conforme o valor atual dos pagamentos mínimos anuais garantidos a serem recebidos do poder concedente. A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o ativo financeiro reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, e é apurado comparando o retorno esperado com o valor do investimento.

As concessões das linhas de transmissão de energia da Companhia são remuneradas pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica e das demais instalações de transmissão, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão.

### 10 Fornecedores

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fornecedores relacionados à construção	47.554.132	275.932
Prestadores de serviços	1.950.387	29.000
Outros	349.938	17.186
Saldo final	<u>49.854.457</u>	<u>322.118</u>

### 11 Empréstimos e financiamentos

a) Os empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

<u>Credor</u>	<u>Encargos</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Sterlite Power Grid Ventures Limited	-	-	3.436.837
Sterlite Power Grid Ventures Limited	9%		8.899.162
1ª Emissão de Debentures	CDI + 2,85%	68.899.700	-
		<u>68.899.700</u>	<u>12.335.999</u>

## Arcoverde Transmissao de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e período de 7 meses e 6 dias findo em 31 de dezembro de 2017  
(Em reais)

### Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldo inicial	12.335.999	-
Emissão de Debêntures	70.000.000	-
Empréstimo com partes relacionadas	13.418.144	12.316.294
Juros provisionados	1.671.504	19.705
Comissões e taxas	(1.880.791)	
Pagamento de principal e juros	(26.645.156)	-
	<u><b>68.899.700</b></u>	<u><b>12.335.999</b></u>

A Companhia realizou a primeira emissão de debêntures, emitidas em 14 de novembro de 2018, composto de principal e juros, não conversíveis em ações e com garantia quirografária, como vencimento e quitação para 14 de maio de 2020 e a remuneração de taxa DI + 2,85%.

## 12 Tributos diferidos passivos

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
COFINS diferido	1.567.772	2.632
PIS diferido	573.038	948
Imposto de renda diferido	2.815.636	75.867
Contribuição social diferida	12.968.992	349.778
	<u><b>17.925.438</b></u>	<u><b>429.225</b></u>

Os saldos são referentes a: (i) registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão que será realizado na proporção das operações, considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão; e (ii) PIS e COFINS sobre a receita de construção (registrada de acordo com o CPC 17 - Contratos de Construção) cuja realização será de acordo com o recebimento da receita da referida obras (ativo imobilizado da concessão).

## Arcoverde Transmissao de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e período de 7 meses e 6 dias findo em 31 de dezembro de 2017  
(Em reais)

### 13 Patrimônio líquido

#### a) Capital social

A Companhia foi constituída em 2017 com capital social autorizado de R\$ 1.000, divididas em 1.000 ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R\$ 1,00.

Em 31 de julho de 2018 houve aumento de capital em R\$8.500.000, mediante a emissão de 8.500.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data.

Em 31 de outubro de 2018 houve aumento de capital em R\$40.960.000, mediante a emissão de 40.960.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data.

Em 13 de novembro de 2018 houve aumento de capital em R\$15.539.000, mediante a emissão de 15.539.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data.

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$65.000.000 (R\$1.000 em 31 de dezembro de 2017), dividido em 65.000.000 (1.000 em 31 de dezembro de 2017) ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada. A composição do capital social subscrito da Sociedade é como se segue:

Sterlite Brazil Participações S.A.	99,99%
<i>Outro</i>	<u>0,01%</u>
	<u><b>100%</b></u>

#### b) Reservas de lucro

Reserva legal (i)	200
Reserva de retenção de lucro	<u>6.750</u>
<b>Lucro acumulado em 31 de dezembro de 2017</b>	<u><b>6.950</b></u>

(i) Reserva legal limitada em 5% do lucro líquido do ano, limitada a 20% do capital social antes da destinação.

#### c) Prejuízo acumulado

Prejuízo do exercício de 2018	(210.610)
Reversão de reservas de lucros	<u>267</u>
<b>Prejuízo acumulado em 31 de dezembro de 2018</b>	<u><b>(210.343)</b></u>

A Lei nº 6.404/76, no parágrafo único do art. 189, determina que o prejuízo do exercício seja apresentado na conta de prejuízos acumulados e deverá obrigatoriamente ser absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucro e pela reserva legal, nessa ordem. A Companhia absorveu as reservas de lucro em 31 de dezembro de 2018.

## Arcoverde Transmissao de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e período de 7 meses e 6 dias findo em 31 de dezembro de 2017  
(Em reais)

### 14 Receita operacional líquida

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita operacional bruta		
Receita de construção (a)	159.010.628	4.585.039
Remuneração do ativo de concessão (b)	7.016.074	32.889
Lucro bruto	<u>166.026.702</u>	<u>4.617.928</u>
Deduções da receita operacional		
PIS diferido sobre a receita de construção	(2.624.004)	(75.327)
PIS diferido sobre a remuneração do ativo de concessão	(115.765)	(540)
COFINS diferido sobre a receita de construção	(12.085.992)	(347.287)
COFINS diferido sobre a remuneração do ativo de concessão	(533.222)	(2.491)
	<u>(15.358.983)</u>	<u>(425.645)</u>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b><u>150.667.719</u></b>	<b><u>4.192.283</u></b>

### 15 Custo de operação

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Custo de construção	<u>(144.342.416)</u>	<u>(4.160.923)</u>
Total do custo da operação	<b><u>(144.342.416)</u></b>	<b><u>(4.160.923)</u></b>

### 16 Despesas gerais e administrativas

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Pessoal e encargos	(889.532)	-
Serviços de terceiros	(680.961)	(20.830)
Alugueis	(158.889)	-
Seguros	(202.459)	-
Outros	(96.423)	-
Total das despesas gerais e administrativas	<b><u>(2.028.264)</u></b>	<b><u>(20.830)</u></b>

## Arcoverde Transmissao de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e período de 7 meses e 6 dias findo em 31 de dezembro de 2017  
(Em reais)

### 17 Resultado financeiro

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receitas financeiras		
Aplicação financeira	187.540	-
Descontos obtidos	13.195	-
	<u>200.735</u>	<u>-</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(2.176.037)	-
Comissões e taxas	(269.272)	-
IOF	(124.401)	-
Outros	(1.445)	-
	<u>(2.571.155)</u>	<u>-</u>
Resultado financeiro	<u><b>(2.370.420)</b></u>	<u>-</u>

### 18 Imposto de renda e contribuição social

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Impostos correntes</b>		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.926.619	10.530
Alíquota nominal (34%)	655.050	3.580
	<u>(6.325.303)</u>	<u>(31.360)</u>
<b>Total impostos correntes</b>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Impostos diferidos</b>		
Remuneração dos ativos da concessão, líquido de PIS e COFINS diferido	6.367.087	10.530
Alíquota nominal (34%)	2.137.229	3.580
<b>Total impostos diferidos</b>	<u><b>2.137.229</b></u>	<u><b>3.580</b></u>

### 19 Meio ambiente

A Portaria nº 421/2011 estabelece procedimentos para o licenciamento e a regularização ambiental federal de sistemas de transmissão de energia elétrica. Dentre eles, a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) com base no Termo de Referência emitido pelo órgão ambiental competente.

Os custos ambientais ocorridos no exercício estão diretamente relacionados à elaboração dos estudos ambientais, entre outras etapas do licenciamento relacionadas à obtenção da Licença de instalação conforme determinado pelo órgão regulador ambiental.

## Arcoverde Transmissao de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e período de 7 meses e 6 dias findo em 31 de dezembro de 2017  
(Em reais)

### 20 Seguros

A Sociedade possui um contrato de seguro garantindo a indenização, até o valor fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pela Companhia no contrato principal, oriundo do Edital do Leilão nº 005/2016-ANEEL, bem como multas e indenizações devidas à Administração Pública.

As garantias de indenização, na modalidade de construção, fornecimento ou prestação de serviços, é de até a importância segurada no montante de R\$224.674.000, com fim da última vigência em 08 de maio de 2022.

### 21 Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas estão resumidas como segue:

<u>Partes relacionadas</u>	<u>Natureza de operação</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos			
Sterlite Power Grid Ventures Limited	(a) Mútuo	-	3.436.837
Sterlite Power Grid Ventures Limited	(a) Mútuo	-	8.879.457
Sterlite Power Grid Ventures Limited	(a) Juros	-	19.705
		<u>-</u>	<u>12.335.999</u>
Resultado			
Fornecedores			
Sterlite Power Grid Ventures Limited	(a) Juros	1.350.596	-
		<u>1.350.596</u>	<u>-</u>

(a) Referem-se ao empréstimo com parte relacionada obtido junto à Sterlite Power Grid Ventures Limited, liquidado em novembro de 2018.

### 22 Instrumentos financeiros

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado.



## Arcoverde Transmissao de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e período de 7 meses e 6 dias findo em 31 de dezembro de 2017  
(Em reais)

### 22.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

<b>Ativos mensurados pelo valor justo por meio de resultado</b>	<b>Nota</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Caixa e equivalentes de caixa	<b>6</b>	15.423.990	1.607.766
Ativo financeiro amortizável	<b>9</b>	170.644.630	4.617.928

  

<b>Passivos mensurados pelo custo amortizado</b>	<b>Nota</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Fornecedores	<b>10</b>	49.854.457	322.118
Empréstimos e financiamentos	<b>11</b>	68.899.700	12.335.999

### 22.2 Gestão de risco

As operações financeiras da Sociedade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, e previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Sociedade são:

a) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos indexados, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Sociedade efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

b) Riscos cambiais

A Sociedade faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

c) Risco de liquidez

A Sociedade acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Sociedade é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Sociedade por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Sociedade.

## **Arcoverde Transmissao de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e período de 7 meses e 6 dias findo em 31 de dezembro de 2017  
(Em reais)

### **23 Contingências**

#### **Contingências prováveis (provisionadas)**

A Administração da Companhia, com base na análise individual dos processos judiciais e suportados por opinião de seus assessores jurídicos, constatou que não há ações movidas contra a Companhia com prognóstico de perda classificadas como “provável” e que gerem, portanto, a necessidade de constituição de provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.

#### **Contingências possíveis (não provisionados)**

A Administração da Companhia, com base na análise individual dos processos judiciais e suportados por opinião de seus assessores jurídicos, constatou que não há ações movidas contra a Companhia com prognóstico de perda classificadas como “provável” e que gerem, portanto, a necessidade de constituição de provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.

### **24 Gestão do capital**

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

### **25 Eventos subsequentes**

Em 14 de janeiro de 2019 a Companhia recebeu o segundo desembolso do contrato de financiamento no valor de R\$ 30.000.000,00 (Trinta milhões de reais) junto ao Banco do Nordeste.

Em 14 de março de 2019 a Companhia recebeu o terceiro desembolso do contrato de financiamento no valor de R\$ 30.000.000,00 (Trinta milhões de reais) junto ao Banco do Nordeste.

No primeiro trimestre de 2019 a empresa entrou em fase de comissionamento e preve entrar em operação até 11 de abril de 2019.